

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.612.593 - SP
(2019/0327995-9)**

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : TIAGO PIMENTEL CAMPELO DE SOUZA
ADVOGADO : RENATA VILHENA SILVA - SP147954
AGRAVADO : ESHO EMPRESA DE SERVICOS HOSPITALARES S.A
ADVOGADOS : LUIZ FELIPE CONDE - SP310799
MARCELA GOMIDE NETO DE PAULA - DF036957
AGRAVADO : ROBSON LUIS OLIVEIRA DE AMORIM
ADVOGADO : MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA ALVES - SP284884
AGRAVADO : UNIMED PAULISTANA SOC COOPERATIVA DE TRABALHO
MEDICO - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADOS : THIAGO HENRIQUE PASCOAL - SP257535
ELIS FERNANDA VELASCO BENTO - SP380875

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ERRO MÉDICO. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE IMPUGNADA, AINDA QUE SUCINTAMENTE. NOVA ANÁLISE DO AGRAVO. ANÁLISE DO MÉRITO DO APELO EXTREMO POR PARTE DO TRIBUNAL DE ORIGEM. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 123/STJ. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME PELO STJ. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. ARGUMENTOS GENÉRICOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO CONHECIDO, EM JUÍZO DE RECONSIDERAÇÃO, PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno interposto por TIAGO PIMENTEL CAMPELO DE SOUZA contra a decisão proferida pela Presidência desta Corte, que não conheceu do agravo em recurso especial, com base no art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, haja vista a ausência de impugnação aos fundamentos da decisão agravada (fls. 2.104-2.105).

O aludido apelo extremo foi deduzido com base no art. 105, III, *a e c*, da

Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 1.932):

RESPONSABILIDADE CIVIL - DANOS MATERIAIS E MORAIS - Erro médico - Inocorrência de nulidade da perícia - Preliminar rejeitada - Improcedência - Eventual falha na cirurgia para colocação de prótese na coluna - Responsabilidade do nosocômio e da operadora do plano de saúde que decorre da comprovação de conduta culposa do médico - Laudo pericial que apurou a inexistência de má conduta médica - Inexistência do dever de indenizar - Reconvenção - Inexistência de despacho que determinava a regularização da peça processual - Rejeição que se dá por fundamento diverso - Ausência dos requisitos previstos no art. 343 do NCPC - Recurso do autor desprovido - Recurso da ré parcialmente provido.

Os embargos de declaração opostos foram parcialmente acolhidos, para sanar a omissão acerca do arbitramento de honorários advocatícios sobre a reconvenção apresentada pelo plano de saúde, fixando a aludida verba em 10% do valor da causa em favor dos patronos do insurgente (fls. 1.948-1.951, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 1.955-1.973, e-STJ), além de dissídio jurisprudencial, o recorrente alegou que o acórdão impugnado incorreu em violação dos normativos a seguir:

- a) art. 5º, LV, da Constituição Federal de 1988;
- b) arts. 7º, 9º, 369, 370, 373, I, 473, § 1º, 481, § 1º, 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentou, em suma: (i) negativa de prestação jurisdicional ante a omissão do Colegiado estadual em analisar questões relevantes para o deslinde da controvérsia, bem como ausência de fundamentação na decisão impugnada; e (ii) cerceamento de defesa, pelos seguintes motivos: a) necessidade de desconstituição da perícia realizada, por conter várias divergências com as provas dos autos, não esclarecer as questões trazidas pelas partes, falta de coerência lógica e fundamentação, bem como o perito não possuir especialidade em neurologia, essencial à produção correta do laudo; e b) indeferimento do pleito de nova perícia.

O recurso especial foi inadmitido no Tribunal de origem (e-STJ, fls. 2.042-2.043), pelos seguintes fundamentos: a) não houve demonstração das vulnerações

legais suscitadas; b) aplicação da Súmula 7/STJ para revisão das conclusões estaduais; e c) o dissídio jurisprudencial não foi comprovado nos termos exigidos pelo art. 1.029 do COC/2015.

No agravo contra a decisão que inadmitiu o recurso especial (e-STJ, fls. 2.046-2.058), o agravante refutou os retrocitados óbices de admissibilidade, ao mesmo tempo que apontou a ocorrência de usurpação de competência pelo Tribunal de origem em razão da emissão do juízo prévio de admissibilidade.

Contraminuta às fls. 2.061-2.068, 2.070-2.078 e 2.080-2.096 (e-STJ).

O feito ascendeu ao Superior Tribunal de Justiça. Entretanto, a Presidência desta Corte, por decisão monocrática, não conheceu do agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 2.104-2.105), uma vez que o recorrente não impugnou todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade, em desrespeito ao preconizado no art. 932, III, do CPC/2015, ensejando a aplicação da Súmula n. 182/STJ.

Daí o presente agravo interno (e-STJ, fls. 2.108-2.125), por meio do qual defende o insurgente a inaplicabilidade do óbice apontado para o não conhecimento do agravo em recurso especial, afirmando ter impugnado todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade no agravo apresentado.

Pleiteia, ao final, a reconsideração da decisão agravada ou a submissão do agravo interno ao Colegiado.

Impugnação às fls. 2.136-2.147 e 2.148-2.156 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

No caso, observa-se que a decisão do TJSP que negou seguimento ao recurso especial foi impugnada pelo agravante, ainda que sucintamente, motivo pelo qual, com base no art. 259 do RISTJ, reconsidero a decisão agravada, tendo em vista a inaplicabilidade da Súmula 182 do STJ, a fim de proceder ao exame do agravo em recurso especial. Desse modo, passo ao exame do mérito recursal.

De início, verifica-se que o recurso foi interposto na vigência do novo Código de Processo Civil. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto. Portanto, aplica-se, na hipótese, o Enunciado Administrativo n. 3, aprovado

pelo Plenário desta Casa em 9/3/2016, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Preliminarmente, convém registrar que deve ser afastada a alegação do agravante quanto à usurpação de competência por parte do Tribunal de origem. Isso porque cabe ao Presidente da Corte local examinar a admissibilidade do recurso especial, o que por vezes implica exame superficial do próprio mérito, não significando usurpação de competência. Assim dispõe o enunciado n. 123 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça: "a decisão que admite, ou não, o recurso especial deve ser fundamentada, com o exame dos seus pressupostos gerais ou constitucionais".

No tocante à dita ofensa do art. 5º, LV, da Constituição Federal, cabe salientar que a competência desta Corte restringe-se à interpretação e uniformização do direito infraconstitucional federal, não sendo cabível o exame de eventual ofensa a dispositivos e princípios constitucionais, sob pena de usurpação da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102 da Constituição Federal.

Dito isto, no que concerne à alegada violação aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, observa-se que não houve a indicação pormenorizada dos pontos supostamente omitidos pela Corte de origem, tampouco acerca de quais temas a fundamentação do acórdão estaria deficiente, apresentando-se a fundamentação do recurso, no ponto, genérica, a ensejar a incidência da Súmula 284/STF.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ÓBICE DA SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTAÇÃO DE FORMA GENÉRICA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. REMOÇÃO. ATO ADMINISTRATIVO ILEGAL. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissor, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

2. A alegação de violação dos arts. 267, VI, 295, V, 333, I, do CPC e 10 da Lei n.º 12.016/09, ao argumento de que não houve demonstração do direito vindicado por meio de prova pré-constituída, reclamaria novo exame de matéria fático-probatória, a teor do óbice previsto na Súmula 7/STJ.

3. Por fim, é inafastável o óbice da Súmula 7/STJ também em relação à ilegalidade do ato administrativo, pois o Tribunal de origem concluiu que a

remoção do Autor foi ilegal, por ausência de motivação do ato administrativo e a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria reavaliação do arcabouço probatório.

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 767.496/PI, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 24/11/2015, DJe 11/12/2015)

Não fosse isso, verifica-se que o acórdão apresenta-se devida e suficientemente fundamentado, tendo enfrentado as questões necessárias ao deslinde da controvérsia que lhe fora posta. Ressalte-se, oportunamente, que "[...] o magistrado não é obrigado a responder a todas as alegações das partes, se já tiver encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem é obrigado a ater-se aos fundamentos por elas indicados, como ocorreu no caso ora em apreço" (AgRg no REsp 1.346.861/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 21/05/2015, DJe 29/05/2015).

De acordo com o art. 355, I, do CPC/2015, é facultado ao juízo proferir sentença, desde que não haja necessidade de produzir provas em audiência. O art. 370, *caput* e parágrafo único, do CPC/2015, estabelece que cabe ao magistrado avaliar as provas requeridas e rejeitar aquelas que protelariam o andamento do processo, em desrespeito ao princípio da celeridade processual.

No caso dos autos, o Tribunal de origem afastou a alegação de cerceamento de defesa em razão do indeferimento dos pleitos de nulidade da perícia, bem como pela necessidade de realização de nova perícia, nos seguintes termos (fls. 1.935-1.936, sem grifos no original):

No tocante à tese de nulidade da perícia, não deve prosperar a tese defendida pelo recorrente porquanto **embasada na técnica atuarial, de modo que o resultado desfavorável ao interesse da parte não enseja motivo hábil à declaração da nulidade da prova técnica.**

É certo que a finalidade da prova é formar a convicção do juiz, seu principal destinatário, quanto à existência dos fatos da causa. Nesse sentido a doutrina de Vicente Greco Filho, segundo a qual "no processo, a prova não tem um fim em si mesma ou um fim moral e filosófico; sua finalidade é prática, qual seja: convencer o juiz" (Direito Processual Civil Brasileiro, vol. 2, Saraiva, 16ª edição, p. 182). Segundo estabelece a legislação processual, **o juiz deverá, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo e indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias** (CPC, 370).

(...)

Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma, não cabe falar em cerceamento do direito de defesa subjacente à supressão de eventual dilação probatória, *ex vi* do estatuído no art. 370 parágrafo único do CPC, **principalmente porque o laudo pericial atingiu o objetivo de esclarecer as questões técnicas relativas ao caso em comento, mostrando-se, portanto, desnecessária e impertinente a reabertura da prova pericial.**

Dessa forma, a revisão das conclusões a que chegou o Colegiado de origem reclama a incursão no contexto fático-probatório dos autos, providência inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ.

Consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea *c* do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso.

Diante do exposto, em juízo de reconsideração, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator